



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero,  
feminismos, raça/etnia, sexualidades**

**Sub-eixo: Feminismos e Serviço Social**

## **CLASSE, RAÇA E GÊNERO NA TOTALIDADE SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL PARA O SERVIÇO SOCIAL**

**RAYANE NORONHA OLIVEIRA<sup>1</sup>**

**AILA FERNANDA DOS SANTOS<sup>2</sup>**

**CAMILA CAROLINE DE O. FERREIRA<sup>3</sup>**

**MARIANA FERNANDES A. BELTRÃO<sup>4</sup>**

**CLARA GOMIDE SARAIVA<sup>5</sup>**

### **RESUMO**

Este trabalho objetiva apresentar algumas premissas da teoria-método marxiana no trato da categoria totalidade social na apreensão das relações sociais generificadas, racializadas e territorializadas do capitalismo, coadunando com a matriz teórico-metodológica da Teoria da Reprodução Social. Espera-se contribuir com o desenvolvimento dos estudos sobre a relação entre classe, gênero, raça/etnias e sexualidades, em afinidade com o Projeto Ético-Político do Serviço Social e a partir do debate plural com os feminismos.

**Palavras-chave:** Totalidade Social; Teoria da Reprodução Social; Serviço Social; Gênero; Raça/Etnia; Classe.

### **ABSTRACT**

This paper aims to present some premises of Marxist theory-method in dealing with the category of social totality in the understanding of gendered, racialized and territorialized social relations of capitalism, in line with the theoretical-methodological framework of the Theory of Social Reproduction. It is expected to contribute to the development of studies on the relationship between class, gender, race/ethnicity and

---

<sup>1</sup> Universidade Federal da Paraíba

<sup>2</sup> Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

<sup>3</sup> Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

<sup>4</sup> Universidade do Estado do Rio de Janeiro

<sup>5</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro

sexuality, in line with the Ethical-Political Project of Social Service and based on the plural debate with feminisms.

**Keywords:** Social Totality; Theory of Social Reproduction; Social Service; Gender; Race/Ethnicity; Class.

## Introdução

Historicamente a tradição marxista desenvolve-se de forma plural e diversa, atravessada por lutas e tensões, expressas tanto na elaboração teórica como na *práxis* política. Esse processo pode ser analisado sob diversos ângulos, implicando desde interpretações teórico-políticas no campo das organizações revolucionárias, até a maneira com que a academia progressivamente apartou teoria e método, possibilitando perspectivas teóricas no interior do marxismo descoladas da ortodoxia metodológica do materialismo histórico-dialético – a exemplo do “marxismo positivista” (Quiroga, 1989). Nessa complexa trama, evidenciam-se argumentos essencialistas, a partir dos quais se afirma a dimensão de classe como a principal contradição a ser apreendida nas relações sociais capitalistas, em detrimento das dimensões relacionadas à raça/etnia, ao gênero, à sexualidade e à territorialidade, sendo estas, solucionadas a reboque da dita contradição principal. Nesse decurso, constituiu-se uma acepção abstrata da categoria classe social, incongruente à realidade concreta de trabalhadores racializados e generificados das diversas realidades sociais das relações sociais capitalistas.

Devido a esses influxos interpretativos - somados ao ascenso pós-moderno -, o marxismo, tratado, não em sua diversidade e pluralidade, mas visto exclusivamente como um movimento dogmático, assim como o próprio Marx, são acusados de indiferentes ao gênero, à sexualidade, à raça/etnia e à territorialidade, e, conseqüentemente, a teorização marxista é retratada como eurocêntrica e orientalista (Hartmann, 1996; Said, 2007; Quijano, 2010; Butler; Fraser, 2016). Entretanto, outros estudos (Bannerji, 2020; Bakan, 2004; James, 2010; Marx, 2022; Vogel, 2022; Leacock, 2019) têm demonstrado o contrário. Além disso, as *práxis* anticoloniais, sobretudo em África, por meio de Amílcar Cabral, Frantz Fanon, Samora Machel, Deolinda Rodrigues, Agostinho Neto, Josie Mpama, Ruth First, Kwame Kkrumah, Josina Machel, dentre outros, são expressões eloquentes na contraposição de argumentos que se dedicam a atacar o marxismo como uma ferramenta teórica insuficiente às questões que afetam populações minorizadas e subalternizadas historicamente. Todos esses autores estiveram visceralmente fundamentados na teoria método revolucionária de Marx e marcaram suas trajetórias de lutas



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

pela emancipação política de seus territórios. Seus objetivos, assim como o de Marx, não se limitavam à compreensão da realidade, mas sua transformação e a superação das relações sociais capitalistas.

No bojo dessa contra tendência de reivindicação do marxismo como necessário à luta da totalidade da classe trabalhadora, por buscar apreender as contradições mais essenciais das relações sociais generificadas, racializadas e territorializadas<sup>6</sup> no capitalismo, a perspectiva *unitária* tem sido reavivada e a Teoria da Reprodução Social (TRS) tem se consolidado como uma perspectiva teórico-metodológica e política que oferece ferramentas analíticas com importante impacto teórico-político, capazes de ampliar o debate marxista ao colocar a seguinte pergunta como central: *"se o trabalho dos trabalhadores produz toda a riqueza da sociedade, então quem produz o trabalhador?"*, e, ademais, *"quais processos permitem que a trabalhadora chegue às portas do seu local de trabalho todos os dias para produzir a riqueza da sociedade?"* (Bhattacharya, 2023, p. 18). Para responder perguntas como estas, faz-se necessário retomar a obra de Lise Vogel que, como buscaremos expor, possibilita uma contribuição ímpar para a apreensão da opressão às mulheres na sociedade capitalista e propicia as bases para a construção de uma perspectiva unitária para a compreensão das opressões em geral.

### **Vogel e as bases para a elaboração de uma perspectiva unitária**

Em diálogo com várias tradições feministas e com a própria perspectiva marxiana, Lise Vogel, em sua obra *Marxismo e a opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária*, lançada pela primeira vez em 1983 nos Estados Unidos, inaugura uma contribuição importante que ajuda a

---

<sup>6</sup> Apreendemos a racialização como uma construção histórico-social e não biológica, surgida no processo de colonização e consoante ao desenvolvimento do capitalismo, ou seja, estruturante deste modo de produção. Nesse contexto, na base do racismo e da xenofobia, a branquitude constitui-se como uma raça representante de um suposto sujeito universal, autodesignado superior às demais raças e etnias, e tomado como pressuposto em parte significativa dos debates na filosofia moderna. No âmbito da generificação, o modo de produção capitalista se fundamenta em relações binárias, generificadas e cisheteronormativas, conferindo caráter de sujeito universal aos homens cisgênero heterossexuais e desumanizando e subordinando qualquer dissidência de gênero e sexualidade. (Machado-Gouveia; Carduz-Rocha, 2021). Generificação e racialização são processos co-constitutivos do colonialismo e marcam a espoliação e expropriação da acumulação primitiva, ainda que não restritos a essa fase do desenvolvimento capitalista. Devido às metamorfoses na compreensão da genitália como designação sexual, pessoas com genitália dita feminina, racializadas como pretas, pardas e indígenas não eram identificadas como mulheres (Lugones, 2008), sendo, em um primeiro momento, vistas como uma espécie animal não humana e, depois, um tipo especial (raça inferior) de sub-humanidade abjeta. Esse processo nos indica não apenas o caráter estruturante da racialização e da generificação para o capitalismo, mas sua indissociabilidade. Ainda que sejam significativas as diferenças entre as experiências históricas coloniais e o modo de produção capitalista em seu atual estágio de desenvolvimento, as análises raciais e de gênero não podem ser apartadas, pois a generificação opera de maneira distinta, a depender das particularidades sócio-históricas e da composição da população que foi historicamente racializada (Oliveira, 2021). Quanto à territorialização, no contexto do desenvolvimento do capitalismo a partir de um centro e uma periferia dependente, que pressupõe uma divisão internacional/territorial do trabalho, essa dinâmica está intrinsecamente ligada ao imperialismo, ao racismo e à xenofobia (Machado-Gouveia; Carduz-Rocha, 2021).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

explicar a relação entre a opressão às mulheres<sup>7</sup> e o modo de produção capitalista, buscando superar dificuldades metodológicas e políticas do *debate sobre o trabalho doméstico*, que ferveu nas décadas de 1960 e 1970.

Em sua obra a autora desloca a análise sobre a opressão às mulheres da divisão sexual do trabalho e do patriarcado (apreendido em outras tradições como um modo de produção ou sistema com lógica própria), tomando como ponto de partida e objeto de estudo a produção e reprodução biológica, social e geracional da força de trabalho, evidenciando a necessidade de se elaborar uma teoria unitária capaz de apreender a opressão às mulheres na totalidade das relações capitalistas. Ao retomar as categorias desenvolvidas por Marx no livro *I d'O Capital*, Vogel (2022) destaca a centralidade da “mercadoria especial, peculiar” força de trabalho, a única capaz de produzir mais-valor e imprescindível à reprodução do capital.

Importante sublinhar que Marx sempre destacou a importância para o capital da reprodução da força de trabalho. No capítulo XXI d'O Capital, Marx (1984) destrincha o conceito de consumo individual da classe trabalhadora, que seria o consumo dos meios de subsistência para sua própria reprodução e de sua família. Marx dá bastante centralidade a essa questão, afirmando que o consumo individual proporciona a “produção e reprodução do meio de produção mais imprescindível ao capitalista, o próprio trabalhador” (p.666), chegando a tratar como “fator da produção e reprodução do capital” (idem). Porém, logo em seguida afirma que o capitalista poderia deixar a reprodução dos trabalhadores por conta dos seus “instintos de conservação e perpetuação” (idem). O que uma série de teóricas feministas, incluindo Lise Vogel, vão chamar a atenção é que neste trecho, Marx deixa uma importante lacuna ao não avançar na definição do status teórico da reprodução social da força de trabalho e na maneira pela qual ela ocorre. É nesse sentido que Vogel, na esteira das teóricas do feminismo da reprodução social, vai oferecer contribuições fundamentais para se pensar a opressão no capitalismo a partir da centralidade da teoria do valor de Marx e da categoria da reprodução social, abrindo um novo campo de pesquisa feminista-marxista (Ferguson; McNally, 2022).

Sua contribuição amplia o debate sobre 1) a capacidade biológica das mulheres de reproduzir pessoas, e como essa capacidade é moldada socialmente, a partir de interesses

---

<sup>7</sup> Apesar de o presente texto e as discussões feministas, incluindo as inscritas em vertentes socialistas e marxistas às quais nos aproximamos, estarem centrados no universo cisgênero, reconhecemos a importância e a necessidade de integrar as reflexões no campo da Teoria da Reprodução Social (TRS) ao esforço político de teorizar, a partir da teoria unitária, sobre as opressões relacionadas às pessoas trans e não binárias, bem como de outras dissidências de gênero e sexualidades, considerando suas diversas determinações e particularidades. Já podemos identificar diálogos enriquecedores, como os apresentados por Arruzza em 2019 e 2015. É crucial destacar que nossa compreensão da categoria “mulher” não se refere ao universal, mas sim à diversidade de corpos feminilizados e racializados, evocando a memorável intervenção de Sojourner Truth: “E não sou uma mulher?”.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

localizados nas relações sociais capitalistas; 2) a família como principal local de reprodução social da força de trabalho - ainda que não exclusiva, já que o trabalho de reprodução social ocorre também no âmbito do Estado, via instituições, serviços públicos e políticas, e do mercado, via serviços privados -, por meio da regeneração, manutenção e renovação de trabalhadores que estejam ou não vendendo sua força de trabalho; e 3) a imprescindibilidade das dimensões supracitadas para a (re)produção biológica, social e geracional da força de trabalho, sustentando uma dimensão inexorável da produção de valor e, portanto, da reprodução ampliada do capitalismo.

Seu salto analítico, ao evidenciar a complexidade da articulação desses trabalhos que ocorrem de maneira individual, social, coletiva, no âmbito público e privado, reside no reconhecimento de que nenhum desses fenômenos são *em si* o cerne da questão, senão a relação que cada um deles têm com a acumulação de capital, ou seja, a capacidade das mulheres de reproduzir pessoas é fundamental porque a acumulação de capital depende desse processo biológico e a opressão às mulheres não se dá pela natureza do seu trabalho, senão pela dependência do capital desses trabalhos para sustentar seu processo de acumulação.

### **Além de Vogel: reflexões sobre a (re)construção de uma Teoria Unitária Feminista Marxista**

Para Fraser (2020), a sociedade capitalista existe apenas em formas historicamente específicas. A autora identifica que durante o processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista diferentes formas de organização da produção resultaram em diferentes formas de organização da reprodução social, ou seja, das condições que permitem que a produção de valor aconteça, mas que estão fora do seu circuito direto. Ela mostra como a relação entre a organização da produção, o Estado e a organização da reprodução social da força de trabalho vai se transformando a partir da correlação de forças da luta de classes na contradição capital-trabalho. Ou seja, a produção, a reprodução social e o Estado não são os mesmos no capitalismo concorrencial, no Estado keynesiano e neoliberal, por exemplo. Tanto muda a forma como se produzem as mercadorias, quanto como as famílias - também por meio da intervenção do Estado - de maneira objetiva, subjetiva e ideológica se organizam para garantir sua sobrevivência.

Nesta mesma direção, Bhattacharya (2019) afirma que o capital, ao enfrentar suas crises cíclicas, precisa reconfigurar em nível mundial as relações de trabalho e as formas de organização de vida da classe trabalhadora. Como seu impulso é pela produção de mais-valor, comprime sempre que pode as condições de reprodução da classe trabalhadora e, para isso, termina



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

também reforçando as identidades de gênero e certas ideologias sobre a classe trabalhadora. Assim, aprofunda as opressões para legitimar os diferentes acessos aos meios de reprodução de subsistência (comida, moradia, escolas, hospitais, transporte etc), ou seja, os *processos diferenciados* de reprodução social dentro do conjunto da classe trabalhadora. Ela aponta que são as mulheres dos setores mais pauperizados, racializadas como pretas, pardas, indígenas e migrantes, as que carregam o ônus da crise de acumulação.

Neste sentido, o desafio teórico-político de apreensão do capitalismo sob a perspectiva unitária, amplia-se pelos processos de reestruturação produtiva e reprodutiva do capital, que ao enfrentar sua crise estrutural impõe à classe trabalhadora uma piora vertiginosa das condições de trabalho, perda de direitos sociais, precarização, terceirização, informalidade, desfinanciamento e privatização de serviços públicos e acentuação da violência estatal. Desse modo, se por um lado o neoliberalismo intensifica a destruição do planeta, as desigualdades econômicas e sociais, em contrapartida, as lutas ocorridas no âmbito da reprodução social se intensificam: lutas por creches, escolas e saúde públicas, pela legalização do aborto, contra a esterilização forçada de mulheres, contra a violência policial, contra o racismo, contra o machismo, contra a LGBTQIAPNfobias, contra o desmatamento, pela preservação das comunidades originárias, contra as privatizações, por moradia etc.

É esse o contexto em que a obra de Vogel é reeditada no ano de 2013, em um cenário de reorganização da classe trabalhadora, em suas múltiplas determinações e demandas, e em uma arena de lutas em respostas ao aprofundamento da crise estrutural do capital, que se expressam agudamente por uma crise civilizatória, política, ecológica, produtiva e reprodutiva-social e acirram ainda mais as contradições entre a produção de valor e a reprodução da vida humana. Nesse contexto de mobilizações pela reprodução da sobrevivência, das lutas por condições dignas de vida, o marxismo volta a aparecer nos debates e nas problematizações como uma teoria capaz de explicar e transformar essa realidade.

Apesar dos avanços de Vogel na direção de uma teoria unitária que apreenda a unidade diversa da exploração-opressão-alienação, segundo Ruas (2019), a autora “reproduzia uma concepção metodológica que abstraía a categoria ‘mulher’ de suas determinações de raça (e por vezes de classe), o que ironicamente aproximava da concepção marxista ortodoxa que ela



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

própria propunha combater” (p. 13)<sup>8</sup>. Em contrapartida, no mesmo período, feministas negras de tradição socialista e ativistas do movimento Combahee River (1977) em seu manifesto já problematizavam a necessidade da construção de uma perspectiva que fosse capaz de considerar a inseparabilidade das relações de gênero, raça/etnia, sexualidade e classe. Mulheres negras como Angela Davis, Sojourner Truth, Anna Julia Cooper, Sadie Alexander e Claudia Jones já denunciavam o racismo (Ruas, 2019; Ferguson, 2020) e demonstravam a necessidade de se incorporar em todas as lutas o antirracismo. No Brasil, o trabalho de Lélia Gonzalez também foi expressivo nesse sentido.

Todavia, de acordo com Ruas (2019), o feminismo-marxista, majoritariamente conformado pela branquitude dos países do centro do capitalismo, não incorporou, ou incorporou superficialmente, esse debate em seu interior, deixando em aberto a construção de uma teoria unitária a partir de uma perspectiva de totalidade (Ferguson, 2020).

### **Totalidade como princípio metodológico e a centralidade da reprodução social**

A TRS, enquanto perspectiva atual, retoma a teoria unitária proposta por Vogel (2022) para dar centralidade à dimensão da reprodução social e apreender as opressões a partir da categoria da totalidade, conferindo destaque à categoria força de trabalho. Ao reconhecer lacunas não desenvolvidas dentro do marxismo, tem buscado incorporar as críticas dos movimentos antirracistas, dos povos originários, das lutas das dissidências de gênero e sexualidades, antiimperialistas, pelos direitos ambientais, anti-capacitistas, dentre outras. Assim, reconhece que as demandas e reivindicações desses grupos específicos compõem a luta de classes e não são meramente acessórias a ela. Esta perspectiva também vem sendo abraçada e construída no Brasil, a partir das contradições particulares da nossa formação social e do legado de lutas e resistências do nosso território.

Conforme destaca Marx (2011, p. 78-9), a apreensão da totalidade concreta pelo pensamento - enquanto “concreto pensado” - aponta para a capacidade de sujeitos compreenderem a totalidade das relações sociais e o modo como elas se expressam nesse real dinâmico e contraditório (McNally, 2023), destacando que na dimensão de totalidade existem

---

<sup>8</sup> Durante as décadas de 1960 e 1970 (e poderíamos dizer que até hoje encontramos essas críticas às esquerdas), o movimento de feministas socialistas composto majoritariamente por mulheres brancas, apesar de reconhecer a importância da luta antirracista, não incorpora em sua práxis preocupações específicas do feminismo negro e das experiências das mulheres racializadas como não brancas e/ou dissidentes da norma de gênero e sexualidade (Ferguson, 2020, Coletivo Combahee River 2019, Gonzalez, 2020; Carneiro, 2003). As inúmeras críticas feitas ao feminismo branco serviram para problematizar a necessidade da construção de uma perspectiva teórico-política que fosse além da perspectiva de gênero e da divisão sexual do trabalho.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

propriedades que as diferenciam, ou seja, ela é composta por sua diversidade, uma unidade-do-diverso. A totalidade carrega partes diversas (particularidades) que não podem ser suprimidas e são essas particularidades, que compõem a totalidade em si. Nesse sentido, Ruas (2019) também aponta que a totalidade é complexa e dinâmica, articulando as diferenças que compõem uma unidade contraditória, necessárias para o desenvolvimento do capitalismo.

Assumindo a concepção fundamental de que a produção e circulação de mercadorias e a reprodução da classe trabalhadora constituem uma unidade contraditória - ou seja, são momentos distintos, mas que estabelecem uma relação dialética na qual produção e reprodução são indissociáveis, que fazem parte de uma mesma totalidade, a TRS volta-se à preocupação em torno da luta de classes sem se limitar ao âmbito da produção, mas reconhecendo a necessidade de ampliar a análise em direção às "relações sociais que se estendem entre locais de trabalho, casas, escolas, hospitais - um todo social mais amplo, sustentado e coproduzido pelo trabalho humano" (Bhattacharya 2023, p. 20), o que compreende a unidade diferenciada entre produção de mercadorias e reprodução social da força de trabalho.

Seu maior compromisso é, portanto, apreender a complexidade dos processos e das relações sociais que produzem as condições de existência da força de trabalho e a sua *relação contraditória-porém-necessária* (Ruas, 2020) com a acumulação de capital. Desse modo, retira da invisibilidade a enorme quantidade de trabalho despendida no âmbito da reprodução da força de trabalho para produzir e reproduzir trabalhadores. Ademais, ao privilegiar o processo de reprodução da força de trabalho, evidencia as opressões associadas à raça/etnia, ao gênero, ao território, à sexualidade, como determinações fundamentais, portanto, como parte estrutural e estruturante da exploração. Isto implica uma teorização das opressões a partir da categoria da totalidade e o rechaço a uma lógica funcionalista.

Concordamos com Moraes *et al.* (2023) que o trabalho de reprodução social articula vários tipos de trabalhos socialmente necessários à (re)produção biológica, diária e geracional, material e subjetiva, da classe trabalhadora, os quais podem ser remunerados ou não, produtivos ou não, ocorrer no âmbito privado e público, de maneira individual, mas também coletiva e social, por meio da unidade doméstica, do Estado e do mercado. Dentre esses trabalhos está o trabalho reprodutivo (doméstico e/ou de cuidados), necessário à reprodução e manutenção da unidade doméstica e de cuidado das pessoas, animais e plantas que a habitam. Mas também está o trabalho realizado nas escolas, nos hospitais, nos serviços socioassistenciais, nos restaurantes, nos centros de acolhimento etc., sem os quais a reprodução da força de trabalho em sua totalidade não ocorreria.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

O retorno à totalidade social é um apelo necessário e urgente ante a hegemonia fragmentada das ciências sociais e nos movimentos sociais, que tendem a isolar os sujeitos das processualidades históricas, individualizando processos coletivos ao limitar-se a *descrever* a realidade ao invés de *explicá-la*. Tal noção fragmentada e recortada dos processos sociais define as pessoas como responsáveis pelo seu empoderamento e, assim, sua “emancipação”, deslocando os processos opressivos das relações sociais capitalistas. Predomina, então, a noção formal-abstrata do direito, desconsiderando que o Estado burguês negou às mulheres e às populações racializadas como pretas, pardas, indígenas e migrantes, conquistas legais da modernidade capitalista.

Nesse sentido, a clivagem teórica, até mesmo no Serviço Social (Oliveira, 2023), é de compreender o capitalismo, o racismo e o cisheteropatriarcalismo como “sistemas” independentes, por vezes cruzados, interseccionais ou consubstanciais e coextensivos, baseando-se em métodos aditivos (McNally, 2023). Não se considera o fato de o capitalismo, desde a acumulação primitiva, ter se constituído como um modo de produção que se funda sob uma dinâmica de relações de gênero e raça. Devido à imposição colonial do modelo sexo/gênero europeu constituído de forma profundamente patriarcal<sup>9</sup>(Oliveira, 2021; Segato, 2012; Lugones, 2008; Oyewumi, 2004, Leacock, 2019), as processualidades que constituem o capitalismo, ao mesmo tempo em que racializaram a humanidade, a partir da classificação do branco-europeu, inauguraram uma *dinâmica racial* às relações generificadas.

Essa imposição colonial de modelos de identificação e classificação de sujeitos a partir de atributos biológicos, geográficos e culturais é produto do desenvolvimento do modo de produção capitalista, não sendo, portanto, passível de desconsideração na análise econômica e nas demais dimensões da vida, afinal, as classes sociais capitalistas são, desde sua emergência, racializadas, generificadas e territorializadas.

Em suma, parte-se do pressuposto de que para analisar qualquer fenômeno de ordem

---

<sup>9</sup> Existe um vasto e complexo debate em torno do patriarcado enquanto um sistema ou modo de produção que antecede o capitalismo. Algumas perspectivas compreendem o patriarcado como um regime transhistórico, incorrendo em forte descuido histórico e metodológico. Nesse sentido, queremos afirmar que, embora não coadunamos com essa tese, tampouco com a defesa do patriarcado enquanto “sistema autônomo” ao capitalismo, é importante localizar que historicamente formas patriarcais de sociabilidade, sobretudo na Europa, foram impostas aos países que foram colonizados, alterando profundamente as relações comunitárias, ainda na acumulação primitiva do capitalismo (Segato, 2012; Lugones, 2008; Oyewumi, 2004; Leacock, 2019; Oliveira, 2021). Há a defesa, inclusive, que algumas sociedades desconheciam as relações de gênero patriarcais impostas a partir da colonização (Oyewumi, 2004), assim como também se defende que existiam conformações de “patriarcados de baixa intensidade” (Segato, 2012) em sociedades pré-colombianas transformadas em “patriarcado de alta intensidade” com a colonização. “A TRS se coloca desde o ponto de vista de uma teoria unitária. Embora reconheça que o patriarcado foi um sistema de produção e reprodução nas sociedades agrárias, considera que esse não é mais o caso nas sociedades capitalistas. Em outras palavras, as relações patriarcais estão presentes na sociedade capitalista, mas não formam um sistema com lógica autônoma” (Arruzza; Bhattacharya, 2023, p. 647).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

social, econômica, política ou ideológica, não se deve apartar o racismo e o cisheteropatriarcado (ou sexismo) das classes sociais capitalistas e tampouco, compreendê-las sem se deter ao racismo e ao cisheteropatriarcado, pois estas são dimensões particulares de uma mesma totalidade social capitalista. Não se organizam como “sistemas autônomos”, mas, sim, como uma unidade de diversos (Oliveira, 2021). Portanto, o racismo, assim como o sexismo, vincula-se diretamente à condição de alienação da sociedade de classes (Bakan, 2016).

Nessa direção, a perspectiva da TRS, em sua diversidade, nos aponta caminhos que permitem, a partir da totalidade, uma apreensão unitária sobre o modo de produção capitalista, especialmente a partir do *ponto de vista* do trabalho e da classe trabalhadora. Isso implica em uma busca por afinar a relação entre os debates feministas e antirracistas com a teoria social de Marx, mediante a apreensão da totalidade como uma categoria fundamental na dialética marxista.

### **O debate do Serviço Social acerca das opressões e as contribuições da TRS**

Sabemos que no Serviço Social encontramos importantes avanços teórico metodológicos e político-práticos em torno da análise das determinações racializadas, generificadas e territorializadas da classe trabalhadora e de sua reprodução social. Se, inicialmente, o tratamento disciplinador marcou a gênese conservadora da profissão, a aproximação com o marxismo representou avanços, ainda que não suficientes para superar limites descritivos e essencialistas, tratando tais determinações, ora como exclusivamente identitárias ou culturalistas, ora como resultado de uma herança histórica.

Mesmo avançando no aprofundamento teórico e prático-reflexivo das ideias marxianas e marxistas e com a consolidação do Projeto Ético Político comprometido com *"a opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero"* (CFESS, 2012), diante do acirramento das contradições das relações sociais capitalistas na atualidade, multiplicam-se os desafios à incorporação das lutas e pautas dos movimentos feministas, antirracistas e LGBTQIAPN+ a partir da perspectiva da totalidade, tanto para o campo crítico do Serviço Social, como para o espectro mais amplo da esquerda brasileira.

Nesse decurso, podemos afirmar que é somente a partir dos anos 2000 que se constata um maior tensionamento em torno das disputas dessas pautas como necessárias ao Serviço Social (Oliveira, 2021). Exemplo marcante desse processo é a série de campanhas e resoluções promovidas pelo conjunto CFESS/CRESS, que ganhou impulso nesse período, adquirindo cada



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

vez mais substância teórica e política. Ao lado de outras iniciativas das demais entidades representativas da categoria (ABEPSS e ENESSO), esses esforços evidenciam um processo de crescente incorporação dessas pautas, tanto na formação, quanto no trabalho profissional.

Em que pese esses avanços, que expressam o desenvolvimento das dimensões *ético-política* e *técnico-operativa* em torno dos debates étnico/raciais, de gênero e sexualidade, a preocupação com a dimensão *teórico-metodológica* só adquire relevo a partir do ano de 2010, após a criação do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) da ABEPSS *Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração e sexualidades*, sendo ainda uma dimensão pouco desenvolvida no âmbito do Serviço Social (Oliveira, 2021; 2023).

Assim, frente ao desafio de construção de uma *práxis* metodológica e política a partir da categoria totalidade (Bannerji, 2022), torna-se imperioso indagarmos: *considerando o enorme esforço do Serviço Social no Brasil em conquistar e manter a hegemonia marxista na sua direção social, como o debate sobre as opressões tem sido compreendido na reprodução da sociedade capitalista? Como a categoria de totalidade social tem sido mobilizada no trato das relações sociais generificadas e racializadas do capitalismo? Ela tem sido, de fato, mobilizada enquanto categoria central?*

Mais do que uma resposta a tais questões, parece-nos que o caminho pavimentado pela TRS - ou seja, a partir do escopo da reprodução social da força de trabalho, e, portanto, do *ponto de vista* do trabalho e da classe trabalhadora - oferece importantes chaves para qualificar a partir de uma perspectiva de totalidade, tanto o trato teórico-prático das demandas cotidianas do trabalho profissional acerca das opressões, quanto o debate sobre a própria natureza e o significado social da profissão no âmbito das relações sociais. Neste sentido, retomando elementos já mencionados, destacamos algumas contribuições, considerando que a TRS:

a) **Cria condições para uma apreensão unitária das opressões de gênero, raça/etnia, sexualidade e território, na contramão de perspectivas que as concebem como fruto de "sistemas" independentes, ainda que interligados.** Isso permite à profissão avançar na compreensão de como as dinâmicas das opressões são indissociáveis e constitutivas da lógica de produção do valor, compondo uma unidade dialética entre as relações de exploração e opressão, o que possibilita, ainda, avançar na compreensão da luta de classes em suas múltiplas determinações.

b) **Abre caminhos para a análise de uma miríade de trabalhos voltados à reprodução da força de trabalho e à produção de mercadorias, em sua unidade contraditória-porém-necessária.** Para o Serviço Social, isto significa situar o seu trabalho



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

profissional na reprodução das relações sociais capitalistas, em especial, no campo das políticas sociais, operadas por meio do Estado e do mercado, considerando que a reprodução social da força de trabalho é, ao mesmo tempo, tanto necessária para a reprodução do próprio capital, quanto, contraditoriamente, limitada por ele. Essa questão aparece na realidade por meio da restrição do acesso a serviços e programas que materializam direitos sociais, cada vez mais mercantilizados e privatizados, relegando o trabalho reprodutivo à unidade familiar, em especial às mulheres. Lançar luz sobre essa realidade permite evidenciar, ao mesmo tempo, como produção e reprodução social compõem uma unidade dialeticamente indissociável e o quanto o trabalho reprodutivo possui uma importância inexorável para a produção e reprodução social, biológica e geracional da mercadoria especial força de trabalho.

**c) Possibilita uma apreensão dos *processos diferenciados de reprodução social da força de trabalho considerando as dinâmicas de generificação, racialização e territorialização.*** Esse aspecto relaciona-se com a oferta de serviços públicos, tais como: saneamento básico, moradia, saúde, educação, cultura, profissionalização, assistência social, segurança pública etc. presentes nos territórios. Podemos observar a relação desta oferta (ou não oferta) nos territórios onde se concentram a maioria da população racializada como pretas, pardas, indígenas e migrantes e, por outro lado, também observamos que é nos territórios periféricos que se concentram o genocídio de jovens negres sob a justificativa de uma suposta “guerra às drogas”. Jovens, cotidianamente classificados como “em conflito com a lei” e crianças assassinadas pelas ditas “balas perdidas” nos territórios urbanos marginalizados. Sem contar as violências, ameaças, mortes e violação de direitos humanos promovidas nos territórios rurais contra povos originários que resistem na luta pelo bem-viver, além de diversas outras formas de violência do Estado. Ou seja, a reprodução da força de trabalho por *processos diferenciados* é também mediada pelo Estado capitalista por meio de políticas sociais e criminais, nas quais assistentes sociais estão inseridos. Em síntese, como demonstra Bhattacharya (2023), ainda que duas trabalhadoras cheguem ao mesmo local de trabalho para realizar a mesma função e receber o mesmo salário, elas não se reproduzem da mesma maneira, ou seja, passam por *processos diferenciados* de reprodução social.

**d) Qualifica o debate acerca da questão social e suas expressões, matéria prima do trabalho de assistentes sociais e base de justificação social da profissão.** A partir do resgate da categoria totalidade social e da centralidade da reprodução da força de trabalho, a TRS amplia e refina a compreensão sobre a relação capital x trabalho, permitindo iluminar as relações de exploração-opressão capitalistas, nas quais se incluem os processos mais básicos de reprodução e de socialização da vida humana, que por se efetivarem, majoritariamente, fora



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

do que se convencionou chamar de “esfera da produção”, tendem a escapar da análise. Enxergar esses nexos é especialmente caro para nós, assistentes sociais, cada vez mais impelidos pela precarização das condições de trabalho a não analisar radicalmente a questão social e suas expressões, que cotidianamente chegam na forma de problemas individuais em nossos espaços de trabalho.

**e) Permite ampliar a compreensão acerca dos fundamentos da profissão, reafirmando o Serviço Social como trabalho, inserido nas relações sociais capitalistas, em particular, no âmbito da reprodução social.** Analisar o modo de produção capitalista, a partir da centralidade da reprodução da força de trabalho, implica para o Serviço Social, por um lado, a superação de métodos aditivos no tratamento da relação entre as opressões e a acumulação de capital, e por outro, uma reflexão mais aprofundada sobre a feminização do Serviço Social. Desse modo, o escopo analítico, a partir da reprodução social, desloca a explicação sobre a feminização da profissão, da divisão sexual do trabalho, para uma compreensão baseada na posição que as mulheres ocupam na ponte entre produção e reprodução, na qual, se inclui, ao lado de outras profissões, a categoria profissional de assistentes sociais.

### Considerações finais

Como pôde ser delineado nas breves páginas deste capítulo, ao contribuir para elaborações teóricas sobre o movimento concreto das relações sociais racializadas, generificadas e territorializadas do modo de produção capitalista, tendo como ponto de partida os *processos diferenciados* de reprodução da força de trabalho (uma das determinações éticas e econômicas de seu valor), a TRS lança luz sobre os fios mais invisíveis dos trabalhos que se articulam entre unidade doméstica, Estado e mercado, evidenciando que as “opressões são coproduzidas de forma simultânea à mais-valia” (Bhattacharya, 2023, p.34) e não secundárias ou acessórias. Com isso, apresenta-se como uma ferramenta de fundamental importância para o Serviço Social, tanto para a qualificar o debate acerca das opressões, do trabalho, da classe trabalhadora e do próprio modo de produção capitalista, quanto para aprimorar a intervenção de assistentes sociais na vida cotidiana, ampliando a apreensão sobre a realidade da população usuária, das políticas sociais e da própria profissão e reivindicando de maneira contundente a categoria totalidade social, tão cara e tão necessária a um corpo profissional comprometido com a emancipação humana.

A TRS nos convoca para uma perspectiva unitária, não apenas no âmbito da análise das relações sociais, mas que se faça presente também no campo das lutas, o que exige legitimar



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

uma gama de espaços e formas de organização até então apagados do seu potencial político e anticapitalista, como é o caso de toda e qualquer insurgência que se desdobre fora do ambiente estritamente produtivo. Com isso, desafia o estereótipo de sujeito revolucionário que, por vezes, ainda habita o imaginário marxista: homem branco, de macacão e chave inglesa (Bhattacharya, 2023), para abarcar, teórica e politicamente, todo e qualquer corpo que trabalha para sobreviver, todo e qualquer corpo que quer e necessita construir outras formas de vida e, sobretudo, todo e qualquer corpo que esteja articulado a reprodução de si da reprodução de todas as outras formas de existência de vida humana.

## Referências

ARRUZZA, C. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. **Revista Outubro**, São Paulo, v. 23, p. 33-58, 2015.

ARRUZZA, C. **Ligações perigosas**: casamentos e divórcios entre marxismo e feminismo. Trad. Nina Jacomini. São Paulo: Usina Editorial, 2019.

BANNERJI, H. **The ideological condition**: selected essays on history, race and gender. Leiden; Boston: Brill, 2020.

BANNERJI, H. Construindo a partir de Marx: reflexões sobre “raça”, gênero e classe. Trad. Thiago Romão de Alencar e Rhaysa Ruas. **Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. p. 2079–2101, 2022.

BAKAN, A. Marxismo e antirracismo: repensando a política da diferença. **Revista Outubro**, São Paulo, n.27, p. 45-76, 2016.

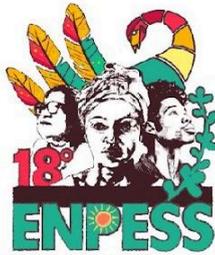
BHATTACHARYA, T. Explicando a violência de gênero no neoliberalismo. Trad. Laura Viríssimo. **Revista Marx e o Marxismo** – Revista do NIEP-Marx, Niterói, v. 7, n. 12, p. 14- 37, jan./jun., 2019.

BHATTACHARYA, T. **Teoria da reprodução social**: remapear a classe, centralizar a opressão. São Paulo: Elefante, 2023.

BUTLER, J.; FRASER, N. **¿Redistribución o reconocimiento?: un debate entre marxismo y feminismo**. Madrid: Traficante de Sueños, 2016.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *In*: Ashoka Empreendedores Sociais (org.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Cidadania Ed., 2003.

Conselho Federal de Serviço Social - CFESS. **Código de Ética do/a Assistente Social e Lei**



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**8.662/1993 de Regulamentação da Profissão.** Brasília, DF: CFESS, 2012.

COMBAHEE RIVER. Manifesto do Coletivo Combahee River. **Plural** - Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 197-207, 2019.

FERGUSON, S.; MCNALLY, D. Capital, força de trabalho e relações de gênero: Introdução de Marxismo e a opressão às mulheres. In: VOGEL, L. **Marxismo e a opressão às mulheres, rumo a uma teoria unitária.** Trad. Equipe de Tradução do Grupo de Estudo sobre Teoria da Reprodução Social (GE-TRS). São Paulo: Expressão Popular, 2022.

FERGUSON, S. **Las mujeres y el trabajo** - feminismo, trabajo y reproducción social. Barcelona: VientoSur, 2020.

FRASER, N. **Contradições entre capital e cuidado.** Trad. José Ivan Rodrigues de Sousa Filho. **Princípios:** Revista de Filosofia, Natal, v. 27, n. 53, mai/ago 2019.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano:** ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HARTMANN, H. I. **Un matrimonio mal avenido:** hacia una unión más progresiva entre marxismo y feminismo. Barcelona: Fundació Rafael Campalans, 1996.

LEACOCK, E. B. **Mitos da dominação masculina:** uma coletânea de artigos sobre as mulheres numa perspectiva transcultural. São Paulo: Instituto Lukács, 2019.

LUGONES, M. Colonialidad y género. **Tabula Rasa**, Bogotá - Colombia, n. 9, p. 73-101, julio-diciembre, 2008.

MACHADO-GOUVEA, Marina; ROCHA, Camila Carduz. Trabajo social y lucha antirracista, antipatrica y anti-imperialista: una actitud política necesaria. **Revista Eleuthera**, v. 23, n. 1, p. 261-282, enero-junio, 2021.

MARX, K. **Grundrisse.** Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. **O Capital:** crítica da economia política: livro I. São Paulo: Civilização Brasileira, 1984.

MARX, K.; ENGELS F. **A guerra civil dos Estados Unidos.** São Paulo: Boitempo, 2022.

MCNALLY, D. Interseções e dialética: reconstruções críticas na teoria da reprodução social. In: BHATTACHARYA, T. **Teoria da reprodução social:** remapear a classe, recentralizar a opressão. São Paulo: Elefante, 2023.

MORAES, L. de C. G.; RONCATO, M. S.; BORREGO, A. E. **A revolução será feminista:** aporte para lutas estratégicas da classe trabalhadora contra o capital. Marília: Lutas Anticapital, 2023.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

OLIVEIRA, R. N. Serviço Social, gênero, raça e classe: do compromisso ético-político à produção científica. **Temporalis**, Brasília, v. 23, n. 46, p. 120-136, 2023.

OLIVEIRA, R. N. **Serviço Social, classe, gênero e raça**: tendências teórico metodológicas e as possíveis contribuições da teoria unitária. 2021. 227f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

QUIROGA, C. **Uma invasão às ocultas**: Reduções positivistas no marxismo e suas manifestações no ensino da metodologia no serviço social. 1989. 192f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1989.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. *In*: SANTOS, B. de S.; MENEZES, M. P. (org.). **Epistemologias do Sul**, Coimbra: CES-UC; Almedina, 2010.

ROCHA, C. C. et. al. **Apresentação das tradutoras**. *In*: VOGEL, L. **Marxismo e a opressão às mulheres, rumo a uma teoria unitária**. Trad. Equipe de Tradução do Grupo de Estudo sobre Teoria da Reprodução Social (GE-TRS). São Paulo: Expressão Popular, 2022.

RUAS, R. **Unidade, diversidade, totalidade**: a teoria da reprodução social e seus contrastes. 2019. 225 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

RUAS, R. Teoria da reprodução social: apontamentos para uma perspectiva unitária das relações sociais capitalistas. **Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 379–415, jan. 2020.

RUAS, R.; ALENCAR, T. R. Para uma análise inicial dos impactos do ultraneoliberalismo brasileiro sobre a reprodução social. **Revista Trabalho Política e Sociedade**, Nova Iguaçu, v. 6, n. 10, p. 317-338, jan./jul., 2021.

OYĚWÙMÍ, O. Conceptualizing gender: the eurocentric foundations of feminist concepts and the challenge of african epistemologies. **African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms**. CODESRIA Gender Series, v. 1, p. 1-8, 2004.

SAID, E. W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. Rio de Janeiro: Editora Companhia das Letras, 2007.

SEGATO, R. L. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **E-cadernos CES**, Coimbra, n. 18, dez., p. 106-131, 2012.

VOGEL, L. **Marxismo e a opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária**. Trad. Equipe de Tradução do Grupo de Estudo sobre Teoria da Reprodução Social (GE-TRS). São Paulo: Expressão Popular, 2022.